

# SEMINÁRIO SOBRE A DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO

TESE apresentada pela ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA  
DE COIMBRA.

COIMBRA  
1974



## O ACESSO AO ENSINO E AS OPORTUNIDADES DESIGUAIS

O Acesso em melhores condições de mais vastas camadas da população a um ensino renovado é esperança e objectivo que se polariza na mais em voga das expressões ao nível da escola portuguesa DEMOCRATIZAÇÃO.

Durante o fascismo estudantes e professores progressistas opunham sem hesitações a perspectiva da Reforma Geral e Democrática do Ensino à política escolar obscurantista e reaccionária do Salazarismo ou à opção tecnocrática e neo-capitalista do reformismo caetenista sabendo que só o derrubamento da Ditadura tornaria possível a sua concretização. Hoje porém o ter acontecido 25 Abril não foi bastante para que as escolas se abrissem como por encanto às massas populares colocando-se sem esforço ao seu serviço.

Tendo nós a noção básica de que em qualquer sociedade dividida em classes o ensino existente é forçosamente um ensino de classe, no Portugal actual, recém-saído duma ditadura terrorista dos monopólios e latifundiários, e ainda que se avancem e concretizem medidas antimonopolista, e de protecção em todos os campos das massas trabalhadoras, o ensino não conseguiu ainda libertar-se totalmente das características que o enformavam de conservador e reproduzidor da estratificação social e dos modelos culturais próprios do fascismo.

Daí que uma questão se coloque: se todo o sistema de ensino pressupõe uma opção política que lhe é anterior e um modelo social que lhe está subjacente, por que meios conseguiremos a igualdade de oportunidades no acesso ao ensino em Portugal Democrático que estamos a construir?

É que hoje ninguém separa já a construção duma nova Escola da consolidação duma nova sociedade democrática.

Da constatação sucessiva e pensadamente provada, de que as formas e conteúdos dum saber que é transmitido não são neutros mas antes veiculam sempre a ideologia da classe em cujo proveito o poder político se exerce, e de que os moldes em que se processa o acesso ao ensino estão na imediata dependência do modelo prosseguido de estruturação sócio-económica, passaram os estudantes portugueses a perspectivar as suas lutas sob o fascismo por objectivos conscientemente políticos visando estrategicamente a transformação sócio-económica global como meio de alcançar as desejadas modificações democráticas da escola.

É conservando íntegra esta perspectiva que a tarefa que hoje se coloca como primeira realização das transformações sociais ainda necessárias à criação no nosso país das condições que levarão à resolução do problema da democratização do ensino nomeadamente no que se refere ao acesso ao saber e à cultura dos estratos populacionais deles tradicionalmente afastados.

Para iniciarmos a apreciação dos desequilíbrios verificados no acesso ao ensino de largas camadas da nossa juventude, introduzamos alguns números nesta exposição:

No ano lectivo de 72/73 o "funil" da desigualdade de oportunidades da Escola portuguesa ficou estruturado nos seguintes moldes:

Primário	970 000
Preparatório	202 000
Liceu	176 000
Escolas Técnicas	139 000
Universitário	54 000

ou mais esquematicamente:

Básico	1 173 000
Secundário	336 000
Superior	64 000

o que se pode interpretar, sabendo nós também que se estava já em pleno período de reformas casta-no-simonianas, como revelando uma política educacional demagogicamente apresentada como liberal e democratizante mas que na realidade era restritiva, elitista e semeada de gargalos selectivos que reservavam o saber aos privilegiados pelas suas origens de classe. Era ao fim e ao cabo um ensino apenas preocupado com a formação dos quadros necessários ao desenvolvimento estável do sistema relegando para plano irrelevante a elevação do nível cultural e da formação humana e social de enormíssimas camadas de população condenadas a um analfabetismo absoluto ou apenas mitigado através da ilusão dum saber ler e escrever rudimentar.

E isto mais notório se torna se soubermos interpretar o significado do facto de no ano considerado (1973) ser de 1 662 000 o total das crianças dos 5 aos 14 anos em Portugal e de apenas cerca de 1 300 000 de entre elas estarem matriculadas em estabelecimentos de ensino.

Ou então a disparidade mais flagrante do número de 3 026 000 pessoas entre os 5 e os 24 anos existentes no nosso país e de apenas cerca de 1 600 000 delas estarem a estudar.

Cremos que estes são números bem demonstrativos daquilo que o ensino fascista realmente não era - um ensino aberto e democrático; e bem ilustrativa daquilo que afirmamos - antes de 25 de Abril o ensino em Portugal limitava-se a colocar instrumentalmente os estudantes ao serviço dum sistema amoldado aos interesses dos monopólios e das suas necessidades e exigências ao nível do aparelho de estado.

E muito ligado ao que afirmamos está o facto de o desequilíbrio dos níveis de frequência escolar no nosso país coincidir exactamente com o grau de desenvolvimento regional de cada um dos seus distritos. Aliás sabendo-se quanto o sistema capitalista de exploração é gerador de desequilíbrios (entre indivíduos, entre países, entre regiões) os números que a seguir se apresentam provam que as percentagens regionais de acesso ao ensino longe de serem equilibradas por uma política educacional reformista que ao menos tentasse suprir as assincronias entre os níveis culturais de diferentes distritos, que todo o passado de subdesenvolvimento ajudou a acumular, antes e naturalmente se faziam coincidir com os distintos níveis de desenvolvimento económico regional português. E isto já para não entrarmos na análise específica dos abismos locais existentes entre as cidades e as zonas rurais o que nos revelaria números ainda mais dramáticos e incriminatórios para o fascismo e a sua política de ensino.

Assim, ponderando o número de jovens existentes em cada distrito entre os 5 e os 19 anos e simultaneamente o número de matriculados no ensino básico e secundário chegamos às seguintes distintas percentagens de escolaridade máxima:

Porto	82,8%
Lisboa	81,3%
Setúbal	69%
Coimbra	64%
Faro	64%
Santarém	63,4%

e em contrapartida às mínimas:

Angra do Heroísmo	47,9%
Beja	54%
Portalegre	54,6%

Bragança	55,3%
Vila Real	55,6%
Castelo Branco	56%
Viseu	56%

números estes que dispensam comentários e provam inequivocamente o que outras afirmamos.

Porém não basta que dar-mo-nos pela consideração de que há desigualdades no acesso à escola e aos diferentes graus de ensino, e nem sequer será suficiente o argumento que tal decorre naturalmente duma sociedade dividida em classes ao serviço dos interesses duma minoria que controla mecanismos económicos e políticos.

Se reduzissemos a tal a nossa perspectiva poderíamos avançar com propostas e sugestões reformistas de mais bolsas de estudo, mais facilidades de transportes, de alimentação, de residências sociais, etc., e nós sabemos bem quais os resultados de dezenas de anos de políticas este tipo nas democracias burguesas europeias. Por exemplo em 72/73 as percentagens de estudantes oriundos da classe operária que frequentavam cursos superiores eram de:

3,7%	na Suíça
5%	na Áustria
6%	nos Países Baixos
7%	na Noruega
8,5%	na R.F.A.

(números do Conselho para a Cooperação Cultural na Europa)

Aliás é bem característico destes países capitalistas o facto de recorrerem frequentemente ao numerus clausus como meio de limitar o acesso ao ensino em certos ramos visando a adaptação do número e da qualidade dos futuros quadros técnicos às necessidades variáveis a curto prazo da indústria e do aparelho de Estado.

Mas para além disso é normal também o número clausus vir acompanhado de diferentes formas genéricas de selecção social e até política.

É assim que em França hoje de 1 000 jovens provindos da classe operária apenas 34 alcançam a Universidade ao mesmo tempo que de 1 000 jovens filhos de quadros superiores e profissões liberais são 570 os que têm possibilidade de frequentar um curso superior.

Isto porque a escola burguesa, por mais correcções e reformas que lhe sejam introduzidas, acentua, reproduzindo-as, todas as desigualdades e contradições da sociedade. E daí que por exemplo a causa principal do chamado "mau aproveitamento escolar" não reside nem nos estudantes, nem nos professores, nem nas famílias, mas nas condições particulares criadas por um sistema que se baseia e se alimenta do desequilíbrio e da exploração. Logo a igualdade de oportunidades na escola e na sociedade capitalista sê-lo-á sempre de pura forma pois o que revelará é a desigualdade real gerada por um sistema social que obriga a que o filho dum trabalhador não possa nunca, salvo excepções raríssimas tornar-se director de empresa ou funcionário superior do Estado.

Há pois desigualdades insuperáveis nos quadros dum regime capitalista. Por mais aperfeiçoado sistema de bolsa que se institua e maiores benefícios sociais que se concedam aos estudantes, como sucede nas sociedades burguesas avançadas, como poderá entender-se que a inteligência continua "por nascimento" elevada para os filhos da alta burguesia e dos quadros superiores, razoável para os oriundos de pequena e média burguesia, e quase nula para os jovens originários dos meios rurais e zonas operárias?

O facto é que as ciências humanas opõe sérios desmentidos dos falsos teóricos do igualitarismo reformista na escola. É que não é possível ignorar que enquanto o aluno rico chega à escola aureolado de todas as facilidades, manuseia com a vontade a linguagem e os conceitos, utiliza já uma bagagem cultural que o ensino pré-primário e os seus contactos sociais lhe forneceram, bene-

ficia de bom ambiente familiar, recreios, alimentação, etc. os estudantes não privilegiados cujos pais são explorados como operários ou esmagados pelo sistema como pequenos funcionários, comerciantes ou agricultores, que vivem num "outro mundo" de preocupações sócio-culturais, que sobre privações, vivem em deficientes condições de higiene e tem alimentação insuficiente ou desequilibrada, estão à partida num nítido estado de inferioridade, dificilmente estarão atentos às lições, com mais dificuldade raciocinarão, a capacidade de trabalho será menos, etc.. Estes últimos serão sempre os desherdados do sistema por mais vantajosas possibilidades que eventualmente se lhes oferecem de progredir dentro dele.

Assim se explica que só soluções materiais imediatas (distribuição de bolsas v.q.) não se jam de forma alguma suficientes, e que para além duma completa reestruturação do conteúdo e dos métodos do ensino (que sendo uma arma ao seu serviço, estão também sempre conexionadas com as preocupações e bagagem cultural de classe dominante) só aprofundar alterações sociais no nosso país possibilitarão a igualdade de oportunidades no acesso ao ensino a todas as camadas de população.

Doutro modo seria como se insistisse em colocar sob o pretexto da democracia, todas as crianças duma determinada idade numa mesma piscina esquecendo o facto de algumas já saberem nadar e outras não, e utópico seria pensar-se na obtenção duma maior igualdade entre elas.

Ou seja, citando o pedagogo inglês Ronald Daves "pretender resolver o problema exclusivamente no sector da instrução é pura e simplesmente ignorar a evidência das suas extensivas ramificações causas e efeitos..."

Onde pois a solução?

Os países socialistas resolveram em princípio o problema da democratização do ensino, através da transformação revolucionária da sociedade. Criando-se condições para uma alteração completa do ambiente sócio-cultural de todas as camadas de população e das próprias famílias ficaram abertas as portas para o aparecimento das condições necessárias para a valorização das capacidades da sociedade no seu conjunto.

Preparando o estudante tanto para o seu desenvolvimento pessoal como para a sua participação na gestão da sociedade, sem outra distinção que a das próprias possibilidades de cada um, a experiência da edificação do socialismo destruiu o mito, segundo o qual será inevitável o foro entre os homens que utilizam no seu trabalho as suas capacidades intelectuais e aqueles que nele empenham as suas energias físicas.

Cada um é orientado para onde se mostrar mais útil à sociedade e aí lhe são asseguradas todas as possibilidades de pleno desenvolvimento das suas aptidões e qualidades.

Velutine, Ministro Soviético da Educação, declarou por exemplo, numa entrevista em 1973 "vemos numa sociedade planeada, onde não há excesso de profissionais. Conhecemos as nossas necessidades até à última pessoa com a possível excepção de cantares, músicos e outros cujo talento não pode ser planeado. O Ministro da Educação está agora a marcar o número de admissões nas Escolas Superiores para 1977 e os planos estão já estabelecidos até 1980".

Além de que, recordamos, na URSS, a instrução é completamente gratuita a todos os níveis e 75% dos estudantes nos graus médio e superior, são mesmo remunerados, recebendo um pré-salário.

Que conclusões poderemos nós extrair desta experiência socialista, para o nosso caso português?

Hoje vive-se entre nós uma situação que politicamente se pode caracterizar, pela conquista e consolidação dum Estado amplamente democrático.

A luta anti-monopolista e anti-imperialista está na ordem do dia. Avança-se para uma política económica e social de protecção e auxílio às classes menos privilegiadas.

No ensino, grandes passos foram já dados: a gestão democrática das escolas, o saneamento em curso, a abolição de certas matérias e a reestruturação de muitas outras, a alteração dos métodos de transmissão e a avaliação de conhecimentos, são passos chaves para a conquista da R.G.D.E.. Porém grandes dificuldades se deparam ainda: desde a carência de professores habilitados e instala-

ções capazes de albergar todos quantos quizerem ascender aos benefícios da cultura, até ao perigo da deterioração da qualidade do ensino ministrado.

É impossível exigir que tudo se concretize em prazos limitados e ainda muito há que avançar em medidas gerais de ordem política e social que possibilitem que o acesso ao ensino se liberte da dependência de motivos de ordem económica.

Sem a execução de profundas alterações democráticas no campo da habitação social, dos transportes públicos, no controle do Estado sobre preços e salários, no auxílio ao desenvolvimento rural, na constituição de cooperativas e de empresas públicas, no avanço para medidas gerais de planificação económica e social e para profundas reformas e alterações na política fiscal de rendimentos, a completa democratização do acesso ao ensino não será possível.

Dá que devamos ter sempre bem nítido que tal democratização só será completa quando se conseguir libertar o acesso ao ensino dos condicionalismos de ordem sócio-cultural, que hoje largamente o rodeia entre nós e na generalidade dos países capitalistas, e tal objectivo, só o socialismo o concretizará.

E aos estudantes não compete o papel de reflectores desta desejável evolução.

Críticas inconsequentes e longínquas, teorias pseudo-iluminadas e ditas avançadas de soluções milagrosas, o desinteresse e a apatia inconscientes, apenas podem levar à paralização e ao retrocesso.

Os estudantes terão de se empenhar concretamente no levar às últimas consequências a Reforma Geral de Democrática do Ensino que se deseja, colocando-se ao lado das massas populares e do povo trabalhador na luta pelo alargamento da actual democracia política em Portugal, aos campos do económico e do social.